

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA DE CERRO LARGO/RS

DIONÉIA DALCIN

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
dioneiadalcin@yahoo.com.br

HERTON CASTIGLIONI LOPES

Universidade Federal da Fronteira Sul
herton.lopes@uffs.edu.br

KELLY DIERINGS SCHALLENBERGER

Universidade Federal da Fronteira Sul
kelly.dierings@gmail.com

LUISA KRINDGES

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
lu_krindges@hotmail.com

Ao apoio do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da UFFS (PRO-ICT/UFFS)

Área Temática: Estratégia em Organizações

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA DE CERRO LARGO/RS

Resumo

Os preços dos itens da cesta básica constituem-se em importantes fatores para a identificação da realidade sociopolítica dos municípios. Neste sentido, a cesta básica é instrumento de política pública para minimizar o dispêndio familiar em relação ao consumo necessário ao sustento proteico alimentar familiar do trabalhador assalariado e de pessoas de baixa renda. Diante disso, este estudo teve como objetivo desenvolver o cálculo do preço da cesta básica de Cerro Largo/RS. Para subsidiar a pesquisa, utilizou-se a análise quantitativa e exploratória. A pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira delas, a pesquisa bibliográfica, a qual compreendeu a temática em análise. Na segunda etapa, buscou-se adequar à metodologia utilizada pelo Dieese para o presente estudo. Já a terceira etapa da pesquisa foi a coleta e análise dos dados, nos estabelecimentos pré-selecionados. Assim, por meio dos dados coletados, obteve-se o resultado do cálculo do preço da cesta básica de Cerro Largo, sendo R\$ 333,39; R\$ 344,70; R\$ 340,65 e R\$ 347,33 para os meses de abril, maio, julho e julho, respectivamente, do ano de 2015. Apresentando, portanto uma variação positiva de 2,22%, enquanto a inflação, para o período, teve um acumulado de 2,26.

Palavras-chave: Alimentos. Inflação. Economia.

Abstract

The prices of food baskets are built with important points to identify the sociopolitical situation in cities. On that, the food basket is a public political instrument to minimize the familiar outlay, relative to necessary consumption to household food protein substance of a monthly-paid worker and low income people. Before that, the current study aimed to develop the price calculation of the food basket in Cerro Largo/RS. To subsidize the research, a quantitative and exploratory research was used and it was divided in three steps. The first of them is the bibliographic, which consisted in the thematic analysis. The second step tried to adapt to the methodology used by Dieese to the current study. The third step of the research was data collection and analysis, in pre-selected establishments. Thus, through this collected data, the result of the price calculation of the food basket in Cerro Largo/RS was obtained, it is R\$ 333,39; R\$ 344,70; R\$ 340,65 and R\$ 347,33 belonging to April, May, June and July, respectively, in 2015. There foreshowing a positive variation of 2,22%, mean while the inflation to each period had an accumulated of 2,26.

Keywords: Food. Inflation. Economy.

1 INTRODUÇÃO

Os preços dos itens da cesta básica constituem-se em importantes fatores para a identificação da realidade sociopolítica dos municípios. O Brasil possui território de 8.515.767,049 km², com diversidade riquíssima em cultura, costumes, hábitos alimentares, religiões, raças, bioma e aspectos linguísticos. Neste sentido, cada uma das 05 (cinco) regiões do país possuem características e necessidades próprias, que dificilmente podem ser entendidas conjuntamente e, conseqüentemente, as análises de preços também devem ser realizadas de forma a permitir a identificação desta heterogeneidade (IBGE, 2010).

Os preços dos alimentos são medidas que permitem aos trabalhadores e consumidores avaliar o tamanho de sua renda. Um dos itens de influência sobre estes é a inflação, que corresponde a uma alta generalizada e contínua dos preços de bens e serviços, acarretando na instabilidade financeira da população. Sendo assim, a política econômica tem seu foco voltado à estabilização de preços, evitando grandes oscilações que interfiram na estabilidade financeira dos consumidores.

Neste sentido, a cesta básica é instrumento de política pública para minimizar o dispêndio familiar em relação ao consumo necessário ao sustento proteico alimentar familiar do trabalhador assalariado e de pessoas de baixa renda. Cabe, neste contexto, uma análise quanto ao papel do Estado no mercado alimentar, atuando na regulamentação dos preços e tributações incidentes, a fim de desonerar os menos favorecidos, e atuando para a coletividade. Portanto, Estado, governo e mercado possuem atribuições imprescindíveis no bem-estar social, na promoção do desenvolvimento e na regulamentação (COELHO, 2009).

Em Cerro Largo/RS, a análise das variações de preços nos produtos que compõe a cesta básica ganha relevância especial pelo aumento na demanda local observado nos últimos anos. Essa pressão decorre de dois fatores: em primeiro lugar está a construção da barragem São José, que aumentou o número de trabalhadores na cidade e, em segundo, a criação do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em 2010, que trouxe um novo contingente de funcionários federais e alunos para o município. Além da importância da análise dos preços, que se justifica devido a sua importância social, esses fatores reforçam a necessidade de um acompanhamento da evolução dos preços da cesta básica do município.

Cerro Largo é um dos 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul, localizado na região Noroeste, Corede Missões, à 498 Km da capital Porto Alegre. Possui 13.289 habitantes, sendo a densidade demográfica de 74,79 hab/km² e Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes em 2011, de 346.976.000,00 (IBGE, 2013). Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), Cerro Largo, possuía Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 de 0,764 (alto), sendo a educação a dimensão que mais contribui para este montante. A renda per capita, em 2010, foi de R\$862,05, e o Índice de Gini (que mede o grau de concentração de renda) foi de 0,47. Além disso, o percentual da população economicamente ativa é de 73,65%, sendo que apenas 3,58% estão desocupados.

Nesta região do Rio Grande do Sul não há indicadores de preço e/ou outros índices econômicos quanto ao mercado alimentar. Assim, a análise da cesta básica a qual se propõe este projeto, com suporte da UFFS – uma universidade criada com o intuito de interiorização da educação, bem como para a promoção do desenvolvimento regional-, auxiliará ao cidadão quanto ao conhecimento efetivo do preço dos bens essenciais à sua alimentação. Embora o cidadão mantenha determinada cesta de mercadoria, a qualidade desses produtos pode ser afetada em face da elevação do seu preço, ou seja, o indivíduo, como o preço do bem se elevou, poderia deixar de comprar aquele bem, substituindo-o por outro semelhante, mas de qualidade inferior. Neste sentido ao calcular-se o preço da Cesta Básica ter-se-á indicadores para comparar Cerro Largo com as dezoito capitais analisadas pelo Dieese, quanto aos bens

essenciais à nutrição humana.

Assim sendo, a coleta e a sistematização permanente de informações de natureza econômica, social e ambiental sobre uma região e sua posterior divulgação se apresenta como fundamental no processo de retomada do crescimento econômico da mesma, proporcionando uma ferramenta auxiliar importante no processo de planejamento nas mais variadas esferas, sejam elas públicas ou privadas. E isto, evidentemente, deverá apontar as potencialidades econômicas regionais, promovendo desta forma o desejado e necessário desenvolvimento da mesma.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de investigações com propósitos de contribuir para a identificação da realidade sociopolítica local, bem como a publicação desses resultados à comunidade, motivam o desenvolvimento desta pesquisa científica, que tem como intuito a realização e divulgação da análise mensal dos preços da cesta básica do município de Cerro Largo/Rio Grande do Sul (RS), atividade ainda não realizada em nenhuma das cidades da região Missões do Rio Grande do Sul. A cesta básica consiste na alimentação essencial mínima de um trabalhador, suficiente para satisfazer suas necessidades nutricionais diárias de calorias, proteínas, macro e micronutrientes, bem como para manutenção da sua força de trabalho e de sua reprodução (TASCO, 1991).

Partindo desse contexto, o problema de pesquisa é descrito como: qual o preço da cesta básica do município de Cerro Largo/RS?

Assim, o objetivo da presente pesquisa é desenvolver o cálculo do preço da cesta básica de Cerro Largo/RS, com a finalidade de contribuir para o município e para a região.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo, são apresentados os principais alicerces teóricos que compõe este trabalho. Primeiramente, as principais definições consideradas importantes para o estudo, seguidos pela inflação ao longo da história e atual bem como suas causas e problemas. Após são apresentados os indicadores de inflação no Brasil. Por fim, são abordados os conceitos e características da cesta básica.

2.1 Definições importantes para o estudo

Esta seção apresentará os principais conceitos para o entendimento do estudo sobre a cesta básica de Cerro Largo/RS. Dentre as principais definições apresentadas, estão o conceito de inflação, cesta básica e a apresentação de alguns índices de preços. Este item se faz importante para que os leitores se ambientem com o assunto, antes de adentrar no estudo específico da cesta básica.

De acordo com Rossetti (2010, p.695) inflação “é a categoria predominante de variação do valor da moeda. Corresponde a uma alta generalizada dos preços dos bens e serviços, expressos pelo padrão monetário corrente. Em outras palavras, podemos dizer que a inflação é o aumento no nível de preços”.

Porém, é importante notar que o aumento do preço de algum bem ou serviço em particular não constitui inflação, que ocorre apenas quando há um aumento generalizado dos preços. “Se a maioria dos bens e serviços se tornam mais caros, tem-se inflação. Essa inflação será tanto maior quanto maiores os aumentos nos preços nas mercadorias” (GREMAUD, 2002, p. 112). De acordo com Vasconcellos (2004, p. 336) “outro aspecto fundamental refere-se ao fato de que o fenômeno inflacionário exige a elevação contínua dos preços durante um período de tempo, e não meramente uma elevação esporádica dos preços”.

Segundo Silva (2008), para análise da inflação, torna-se relevante avaliar a evolução de alguns índices de preços. O primeiro critério utilizado para a seleção dos índices é que o

mesmo refletia de forma mais completa possível a evolução dos preços de alimentos. Assim, a escolha recai naturalmente sobre os índices de preços ao consumidor, como o Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-FIPE), o Índice de Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (ICV-DIEESE) e a Cesta de Mercado do Instituto de Economia Agrícola (CM-IEA). Além disso, consideram-se índices de preços mais gerais, mas que contenham um item específico dedicado aos alimentos ou produtos agrícolas. Estes índices são o Índice de Preços no Atacado – Oferta Global (IPA-OG/), da Fundação Getúlio Vargas, que contém um item para alimentos (IPA-OGA), e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que também contempla separadamente os alimentos (IPCAA).

Os preços dos alimentos são medidas que permitem aos trabalhadores e consumidores avaliar o tamanho de sua renda. A esse respeito, se destaca a importância da cesta básica formada por um conjunto de bens necessários à alimentação de um trabalhador adulto no período de um mês. Rocha (2008) salienta que a cesta básica pode ser composta somente por produtos alimentícios ou também por produtos de higiene pessoal e limpeza, sendo a lista de produtos variáveis conforme a finalidade, a região de estudo ou metodologia utilizada.

No Brasil, a Cesta Básica Nacional, ou Ração Essencial Mínima, composta por 13 gêneros alimentícios, é empregada como parâmetro pelo Dieese para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos por meio de estudos mensais em diversas capitais dos estados brasileiros. Em tese, os alimentos constituintes da cesta básica proporcionam uma nutrição relativamente saudável, considerando-se as particularidades culturais das dietas regionais especificadas pelo Decreto-Lei n. 399 de 1938 (DIEESE, 2014).

2.2 Inflação ao longo da história e atual

A inflação, de uma forma geral ou dos alimentos em específico, causa diversas distorções ou prejuízos para a sociedade, afetando a distribuição de renda, o balanço de pagamentos e as expectativas dos investidores. Sendo assim, esta seção faz um breve retrospecto da volatilidade de preços no Brasil a partir dos anos 70.

Segundo relatos de Troster e Mochón (2002, p. 365), “a política econômica tem na estabilização de preços o maior marco percebido pelos brasileiros nas últimas décadas. Desde o início do século passado o Brasil conviveu com diferentes patamares de inflação; contudo, a partir dos anos 70, observamos níveis mais altos e volatilidade crescente”.

No ano de 1973 a economia se ressentia de uma forte pressão sobre os níveis de preços e a inflação chegou aos 20% a.a. segundo a medição do Deflator Implícito do PIB (Produto Interno Bruto). Nos anos seguintes, a inflação chegou até os níveis de 45/50% ao ano, encerrando a década com 80% de inflação anual, evidenciando a consolidação do problema em um novo patamar (MUNHOZ, 1997).

Ao ingressar na década de 80, o Brasil já havia acumulado uma das mais longas experiências de instabilidade monetária registradas na economia mundial do pós-guerra. Nos anos de 1981 e 1982, a inflação atingiu o patamar de 100% a.a., chegando aos 200% a.a. nos anos de 1983-85, inaugurando desta forma, o ciclo de inflação mensal representada por dois dígitos. Após várias tentativas frustradas de estabilização, o país chegou a registrar, em 1989, uma inflação próxima de 50% em um único mês (MUNHOZ, 1997).

Segundo Troster e Mochón (2002, p.365) muitas tentativas de estabilização ocorreram antes de 1994, com diferenças em diagnósticos, combinações de instrumentos de política econômica e tratamentos mais gradualistas ou de choque. Todavia, nenhuma foi tão bem-sucedida como o Plano Real. O Plano foi uma combinação de política de renda "heterodoxa" com políticas fiscal, monetária e cambial adequadas, que conseguiu estabilizar os preços e

criar as condições para um desenvolvimento econômico sustentado.

De acordo com Troster e Mochón (2002, p.372), o “Plano Real apresenta resultados ambíguos. Por um lado foi um grande sucesso em estabilizar preços e desindexar a economia. Por outro, o desempenho fiscal e externo foi fraco e o país cresceu pouco”.

Em todo caso, o Plano Real já promoveu uma transformação estrutural irreversível na economia brasileira. Os horizontes de investimentos se ampliaram, houve ganhos de eficiência em todos os setores e a economia se abriu mais ao resto do mundo, dando ao Brasil todas as condições para retomar um desenvolvimento sustentado na virada do milênio (TROSTER; MOCHÓN, 2002).

Desta forma, de acordo com Vasconcellos (2011, p. 350), “quanto mais alta a taxa de inflação em um determinado país, mais desigual é a sua distribuição de renda”.

A inflação voltou a subir, o que significa que o poder de compra está cada vez menor. Em junho de 2015, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) subiu 0,79%. A última vez que a inflação, neste mesmo mês, foi mais alta que isso aconteceu em 1996, com o índice em 1,19%. A inflação do semestre também ficou alta em 6,17%. Nos últimos 12 meses, 8,89%. As duas taxas são as mais altas para os períodos desde 2003.

2.3 Causas e problemas da inflação

Um dos principais problemas ocasionados pela inflação são as distorções provocadas na atividade econômica, as quais impedem o crescimento e o desenvolvimento da economia. Outras distorções que também podem ser citadas são os efeitos causados sobre a distribuição de renda, sobre a balança de pagamentos e sobre o mercado de capitais.

Troster e Mochón (2002, p.366) “destaca que a inflação provoca fortes distorções na atividade econômica, as quais emperram o crescimento da economia. O distúrbio mais importante é que os preços variam de forma imprevisível, dificultando qualquer planejamento”.

Segundo Vasconcellos (2004, p.337), “o processo inflacionário tem sua previsibilidade dificultada por parte dos agentes econômicos e promove profundas distorções na estrutura produtiva. De acordo com o autor, os principais efeitos recaem sobre a distribuição de renda, a balança de pagamentos e o mercado de capitais”.

Já Vasconcellos (2004, p. 337) destaca que o efeito sobre a distribuição de renda acarreta na redução do poder aquisitivo das classes que dependem de rendimentos fixos. Os principais prejudicados são os trabalhadores de baixa renda, que consomem praticamente toda sua renda, não tendo condições de se proteger com aplicações financeiras. Outro efeito citado pelo autor é o efeito sobre a balança de pagamentos, onde elevadas taxas de inflação encarecem o produto nacional comparado ao produzido externamente, ou seja, ocorre um estímulo às importações e um desestímulo às exportações, diminuindo o saldo da balança comercial. Um terceiro efeito citado é sobre o mercado de capitais. Em um processo inflacionário, o valor da moeda se deteriora rapidamente, ocorrendo um desestímulo à aplicação de recursos no mercado de capitais financeiros.

De acordo com Singer (1985), existem vários fatores que podem causar a inflação, podendo ser classificados em conjunturais e políticos. As pressões conjunturais surgem do estrangulamento da economia, ou seja, dos setores que não podem aumentar sua produção a curto prazo. Outra causa real da inflação é a própria política econômica posta em prática pelo Estado. O governo tem interesse em expandir seus serviços e para isso, cria os recursos faltantes, adquirindo créditos aos órgãos do governo. No entanto, o dinheiro criado por esses serviços é utilizado para realizar pagamentos. Ocorre então, um aumento na demanda que não é correspondido por um aumento na produção, acarretando na inflação.

De forma geral, a estabilidade dos preços é fundamental para a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores e consumidores. Sobre a estabilidade dos preços Rossetti (2003, p. 721-722) explica que:

O objetivo macroeconômico é manter os preços estáveis e, ainda, o equilíbrio estrutural entre os níveis relativos dos preços dos diferentes bens e serviços produzidos. A estabilidade se estabelece quando, em mercados livres, os índices de variação de preços ficam próximos ao zero; o equilíbrio estrutural entre preços ocorre quando não se observam transferências líquidas de renda entre os diferentes setores de atividade produtiva, mantendo-se razoavelmente simétricos ao longo do tempo os índices de preços pagos e recebidos.

Furtado (2000) defende que estes mecanismos permitem o levantamento econômico e social, possibilitando identificar o comportamento econômico de uma região, uma cidade ou até mesmo de setores da economia, tais como, os índices de preços da cesta básica. A cesta básica por sua vez, é formada por um conjunto de bens necessários para alimentação de um trabalhador adulto no período de um mês, e a sua alta variação pode influenciar nas condições de sobrevivência deste indivíduo. Assim, para compreendê-la é necessário entender o processo inflacionário brasileiro.

2.4 Indicadores de inflação no Brasil

Nesta seção serão apresentados os principais indicadores utilizados para calcular o nível inflacionário dos produtos. Os indicadores mais importantes e mais utilizados são: IPCA, IGP, IPA, INPC, IPC, IGP-M e IPC – FIPE.

De acordo com Gremaud (2002, p. 118) a necessidade de construção de índices de preços aparece quando se precisa saber a variação conjunta de bens que são fisicamente diferentes.

Quando se estuda a inflação no Brasil, refere-se majoritariamente, à inflação baseada no índice de preços ao consumidor, ou seja, IPC. O IPC brasileiro reflete a evolução dos preços de um pacote de produtos e serviços padrão que as famílias no Brasil adquirem para consumo. Para determinar a inflação, compara-se percentualmente o nível IPC de um determinado período em relação ao nível do período anterior. (GLOBAL RATES, 2014).

Segundo Rossetti (2010), “a mensuração se faz através de números-índices, calculados a partir de preços coletados em intervalos de tempo regulares, ponderados por suas relativas importâncias nos agregados que se referem”.

Ainda segundo Rossetti (2010), os principais indicadores de inflação são o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), que indica as variações médias dos preços de uma cesta de bens e serviços de consumo, ponderadas por suas participações no dispêndio das unidades familiares. Outro índice é o IPA (Índice de Preço por Atacado), que indica as variações de preços praticados nas transações intermediárias das cadeias de produção. O terceiro indicador citado por Rossetti (2010) é o Deflator implícito do PIB, que indica a variação dos preços de todos os subgrupos de atividades produtivas.

Especificamente, o deflator implícito do PIB é a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real. Daí vem seu nome, porque não é um índice pesquisado diretamente, como são o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IPEA, 2014).

De acordo com Vasconcellos (2004, p. 357), o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é calculado com base em uma cesta de itens representativos do consumo de famílias com renda entre 1 e 40 pisos salariais, sem distinção quanto à fonte de renda.

Outro índice citado por Vasconcellos é o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) que é calculado com base em índices elaborados para nove regiões metropolitanas. Refere-se às famílias cuja fonte de rendimentos é o trabalho assalariado e cujo rendimento familiar esteja entre um e oito salários mínimos. O IPCA e o INPC diferem apenas quanto a estrutura de ponderações e a classe social de referência (VASCONCELLOS, 2004).

Segundo Vasconcellos (2004), o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) é um índice voltado predominantemente à comunidade financeira, baseado na comparação dos três decêndios do mês referência em relação a idêntico período do mês base. Ainda de acordo com Vasconcellos (2004) outro índice de suma importância é o IPC-FIPE, que é o índice de preços ao consumidor no Município de São Paulo. É o indicador mais tradicional da evolução do custo de vida das famílias paulistanas e um dos mais antigos números-índices de inflação existentes no Brasil. (VASCONCELLOS, 2004).

Atualmente, o IPC-FIPE é calculado para famílias com renda entre 1 e 20 salários-mínimos. Eventualmente, a Fipe tem divulgado índices “ponta a ponta”, entre cada semana do mês de referência e a semana correspondente do mês-base. (VASCONCELLOS, 2004).

Com a criação da FGV, teve início o cálculo do índice geral de preços (IGP). O IGP, obtido pela média dos índices de preços no atacado e no varejo, era o deflator do índice do movimento dos negócios, então calculado pela Ibre-FGV. O IGP é a combinação do IPA, IPC-BR e INCC, em que cada componente representa uma fase do processo produtivo. (VASCONCELLOS, 2004).

2.5A Cesta Básica do DIEESE

Como visto anteriormente, existem vários índices que podem ser utilizados para calcular o preço da cesta básica. Sendo assim, nesta seção entenderemos melhor o que é a cesta básica, quais os órgãos regulamentadores e a metodologia que os mesmos utilizam.

Para Silva (2008), a evolução dos preços dos alimentos sempre teve um papel importante nas políticas de combate à inflação. A experiência do plano Cruzado, de 1986 teve uma característica inflacionária, já quando o plano Real foi implementado, em 1994, a conjuntura era bem diferente. Depois de um longo período de estabilidade de preços, em meados do ano de 2007, foram registradas algumas elevações atípicas de preços, sobretudo de produtos agrícolas.

Os preços dos alimentos são medidas que permite aos trabalhadores e consumidores avaliar o tamanho de sua renda. A cesta básica é formada por um conjunto de bens necessários para alimentação de um trabalhador adulto no período de um mês. Rocha (2008) salienta que a cesta básica pode ser composta somente por produtos alimentícios ou também por produtos de higiene pessoal e limpeza, sendo que a lista de produtos pode variar conforme a finalidade, a região de estudo ou metodologia utilizada.

Em 30 de abril de 1938, foi regulamentada a Lei n. 185 de 14 de Janeiro de 1936 pelo Decreto Lei n. 399. Este estabeleceu que o salário-mínimo é “a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

Através de estudo censitário, realizado em cada localidade, e de informações salariais obtidas junto às empresas das várias regiões, as Comissões do Salário Mínimo, criadas antes da instituição do Decreto, estabeleceram os valores mínimos regionais a serem pagos aos trabalhadores. Apresentaram também uma lista de alimentos, com suas respectivas quantidades. Esta cesta, chamada Cesta Básica Nacional, seria suficiente para o sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta.

No Brasil, existem órgãos e entidades que regulamentam estudos e pesquisas no

âmbito econômico. Tais órgãos colaboram na elaboração, gestão e avaliação de programas de desenvolvimento econômico e social, auxiliando a gestão pública ou privada, de modo a conhecer e analisar de todos os aspectos socioeconômicos do país. Dentre esses órgãos, destacam-se e constituem instrumentos para este estudo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (PAULA; SOARES; BONFIM, 2011).

No intuito de atender a Lei n. 185, em janeiro de 1959, o DIEESE começou a calcular o Índice de Custo de Vida no município de São Paulo. A partir dos preços coletados mensalmente para o cálculo do ICV e também dos treze produtos básicos, com as respectivas quantidades apresentadas no Decreto Lei 399, passou-se a acompanhar mensalmente o custo da Cesta Básica Nacional, desde aquela data.

Ao longo do tempo, a partir da criação dos Escritórios Regionais do DIEESE, foi sendo implantado o acompanhamento da Cesta nas várias capitais do Brasil. Atualmente, dezoito capitais divulgam o custo da cesta básica. Esta pesquisa permite acompanhar, mensalmente, a variação dos preços de cada produto, o custo mensal de cada um deles e quantas horas um indivíduo que ganha salário-mínimo precisa trabalhar para poder comprá-los.

Antes da instituição do Decreto, as Comissões do Salário Mínimo estabeleceram os valores mínimos a serem pagos aos trabalhadores em cada região. Esses valores foram estipulados tendo como base um estudo censitário realizado em cada localidade e através de informações salariais obtidas junto às empresas das várias regiões. Apresentaram também uma lista de alimentos, com suas respectivas quantidades, chamada de Cesta Básica. Esta cesta seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. Os bens e as quantidades estipuladas variam por região, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão Francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: DIEESE, 2014

Região 1 – Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Região 3 – Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nacional – Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

A coleta dos preços deve ser feita apenas uma vez por mês em cada um dos estabelecimentos da amostra. Caso haja, em alguma cidade, poucos equipamentos comerciais do mesmo tipo, o mesmo endereço poderá ser pesquisado mais de uma vez, para melhor acompanhar a evolução mensal dos preços. Após a coleta dos

preços, são calculados os preços médios dos produtos por tipo de estabelecimento (DIEESE, 2014).

3PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa refere-se a uma análise quantitativa e exploratória. Raupp e Beuren (2004, p. 80) destacam que “uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente”.

A pesquisa está dividida em três etapas. A primeira dela é a pesquisa bibliográfica, que buscou compreender a temática em análise e auxiliar na elaboração do questionário a ser aplicado aos munícipes do município de Cerro Largo/RS, contando para isso com livros, site, periódicos e teses.

Na segunda etapa, buscou-se adequar à metodologia utilizada pelo Dieese para o presente estudo, tendo como base o Decreto Lei nº 399/1938. Esse decreto contempla as provisões mínimas, a chamada Cesta Básica Nacional, conforme Tabela 1 já apresentada. Conforme exposto os tipos de alimentos que serão objeto de pesquisa, são os integrantes da Cesta Básica Nacional para a região 3.

Esta etapa também se caracteriza pelo desenvolvimento da pesquisa junto aos munícipes a serem selecionados, por meio da aplicação de questionário, a fim de atingir os objetivos propostos neste estudo. A aplicação do questionário teve por objetivo realizar um levantamento de informações voltadas a verificar quais eram os estabelecimentos de maior frequência de compra pelos munícipes de Cerro Largo/RS.

O objeto de análise desse estudo foram os munícipes do município de Cerro Largo/RS. De acordo com dados apresentados pelo IBGE (2010), a população do município corresponde a 13.289 (treze mil duzentos e oitenta e nove) pessoas.

Desta forma, em decorrência do elevado número da população, optou-se fazer uma amostragem. Para a obtenção da amostra fidedigna da realidade, utilizou-se a fórmula de cálculo do Erro Amostral de acordo com (BARBETTA, 1994).

$$n_0 = \frac{1}{e_0^2}$$

Onde:

e_0 = erro amostral tolerável (erro Padrão) 10%

n_0 = uma primeira aproximação do tamanho da amostra

Assim, o erro amostral tolerável de 10% foi obtido, por meio do seguinte cálculo:

$$n_0 = \frac{1}{10^2}$$

$$\text{Cálculo: } n_0 = \frac{1}{10^2} = 100$$

De posse do erro amostral, foi definida a Amostra de acordo com (BARBETTA, 1994).

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Onde:

N = tamanho da população

n = tamanho da amostra

n_0 = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra

Desta forma a amostra de cada município foi obtida por meio do seguinte cálculo:

$$n = \frac{13.289 \times 100}{13.289 + 100} = 100 \text{ trabalhadores a serem investigados no município de Cerro Largo/RS}$$

A aplicação dos questionários para os 100 municípios foi feita seguindo o seguinte esquema: a cada cinco pessoas que passarem pelo entrevistador, uma será entrevistada. O trajeto percorrido pelo entrevistador terá a praça central de Cerro Largo/RS como ponto central e atingirá um raio de uma quadra para ambos os lados. Os questionários serão aplicados de segunda-feira a sábado, com o mesmo número de entrevistados por dia. Destaca-se que o questionário será previamente testado, e que o efeito desejado nesta pesquisa é comumente utilizado em pesquisas estatísticas e, por isso, estatisticamente aceito para pesquisas quantitativas como a em análise (HAIR Jr. et al., 2005; FIELD, 2005).

O questionário era composto por 14 (quatorze) questões. A primeira é referente a se o entrevistado mora ou não no município de Cerro Largo/RS. As outras 13 (treze) buscam descobrir onde o entrevistado costuma comprar com mais frequência os produtos que compõe a cesta básica.

Após os dados serem coletados, os mesmos foram tabulados no Libre Office Calc, e em seguida foi realizada a análise para verificar o percentual (%) de compradores para cada estabelecimento. Após, foram selecionados os estabelecimentos que representaram 80% da intenção de compra dos consumidores, e estes passaram a ser utilizados para realizar a pesquisa do cálculo do preço da cesta básica. Assim, foram selecionados três supermercados e cinco padarias, bem como os tipos e marcas de produtos a serem coletados, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Locais coletados e os tipos e marcas de produtos

Produtos	Supermercado 1 Tipo ou marca do produto	Supermercado 2 Tipo ou marca do produto	Supermercado 3 Tipo ou marca do produto	Padarias Tipo ou marca do produto
Carne	Moída de segunda; Salsichão; Paleta	Paleta; Quarto; Chuleta		
Leite	Elegê; Santa Clara; Piá		Elegê; Ninho; Languiru	
Feijão	Caldo de Ouro/ Preto; Arbaza/Preto; Everling/Preto	Caldo de Ouro/Preto; Serra Uruguay/Preto; Everling/Preto		
Arroz	Prato do Dia/Branco; Blue Ville/Parbolizado; Prato Fino/Branco	Prato Fino/Branco; Bela Dica/Branco; Carlan/Branco		
Farinha de trigo	Vó Adelaide; Caaró Especial; Serro Azul	Maria Inês; Missões; Dona Geny		
Batata	Batata Branca; Batata Rosa	Batata Branca; Batata Rosa		
Tomate	Longa Vida; Gaúcho; Saladete	Longa Vida		
Pão				Pão Francês
Café	Nescafé Tradicional; Nescafé Original; Nescafé Matinal	Nescafé Tradição; Iguaçu Lata; Iguaçu Vidro		
Banana	Caturra; Prata	Caturra; Prata; Maçã.		
Açúcar Cristal	Alto Alegre; Minasúcar	Alto Alegre; Santa Isabel		
Banha/óleo	Primor; Corcovado; Cocamar	Soya; Leve; Suavit		
Manteiga	Elegê; Santa Clara		Elegê	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Após a definição dos produtos, locais e periodicidade da pesquisa, a terceira etapa da pesquisa compreendeu a coleta dos dados, a qual ocorreu nas segundas quartas-feiras dos meses de abril a julho de 2015. Dessa forma, quanto aos procedimentos utilizados o estudo será caracterizado como de levantamento. Para Gil (2002) no procedimento de levantamento ou *surveys*, coleta-se junto a um grupo significativo de pessoas, informações a cerca de um problema, posteriormente por meio da análise quantitativa, obtêm-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Os dados foram tabulados no os mesmos foram tabulados no Libre Office Calc para obtenção do preço da cesta básica, variação mensal dos preços e comparações com o preço da cesta para Porto Alegre e com a inflação do período. Dessa forma foi realizada pesquisa com abordagem quantitativa. Esse tipo de pesquisa prevê “a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz” (CHIZZOTTI, 2003, p. 52).

4 COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA DE CERRO LARGO

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, demonstrando o preço e a variação mensal de cada produto que compõe a cesta básica do município de Cerro Largo/RS (*vide* Tabela 2). Para fins de comparação, é também apresentado o preço da cesta básica do município de Porto Alegre/RS.

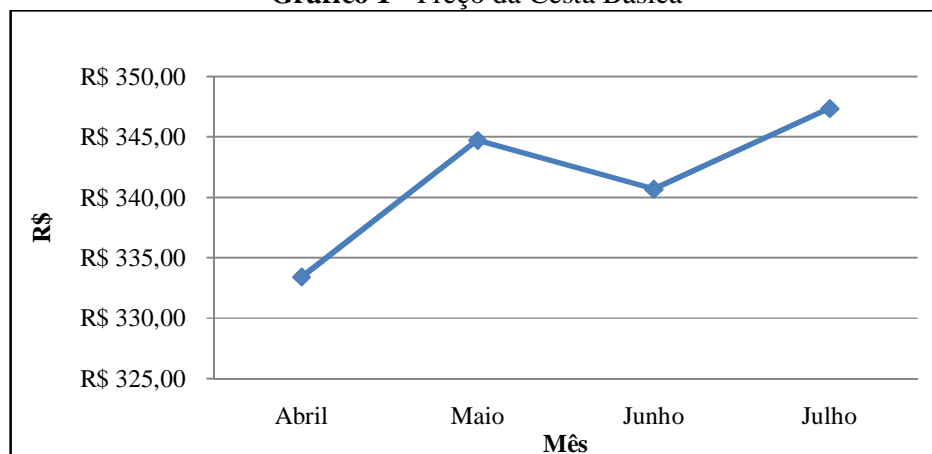
Tabela 2 - Preço da cesta básica

Produtos	Preço/Mês/2015							
	Abril	Variação (%)	Mai	Variação (%)	Junho	Variação (%)	Julho	Variação (%)
Carne	R\$ 88,07	-	R\$ 88,07	-	R\$ 91,22	3,58%	R\$ 90,90	-0,35%
Leite	R\$ 21,51	-	R\$ 20,98	-2,53%	R\$ 21,10	0,57%	R\$ 22,21	5,26%
Feijão	R\$ 20,78	-	R\$ 20,70	-0,39%	R\$ 18,41	-12,44%	R\$ 15,96	-15,35%
Arroz	R\$ 6,58	-	R\$ 6,52	-0,92%	R\$ 6,44	-1,24%	R\$ 6,58	2,17%
Farinha	R\$ 5,44	-	R\$ 5,47	0,55%	R\$ 5,50	0,55%	R\$ 5,50	-
Batata	R\$ 15,71	-	R\$ 16,32	3,88%	R\$ 17,49	7,17%	R\$ 18,69	6,86%
Tomate	R\$ 40,53	-	R\$ 49,11	21,17%	R\$ 45,21	-8,63%	R\$ 48,66	7,63%
Pão	R\$ 48,24	-	R\$ 48,24	-	R\$ 47,24	-2,12%	R\$ 47,24	-
Café	R\$ 31,57	-	R\$ 31,77	0,63%	R\$ 31,02	-2,42%	R\$ 33,37	7,58%
Banana	R\$ 30,90	-	R\$ 33,38	8,03%	R\$ 32,93	-1,37%	R\$ 33,38	1,37%
Açúcar	R\$ 4,88	-	R\$ 4,96	1,64%	R\$ 4,88	-1,64%	R\$ 4,98	2,05%
Banha/óleo	R\$ 3,19	-	R\$ 3,19	-	R\$ 3,20	0,31%	R\$ 3,10	-3,23%
Manteiga	R\$ 16,01	-	R\$ 16,01	-	R\$ 16,01	-	R\$ 16,76	4,68%
Total R\$	R\$ 333,39	-	R\$ 344,70	3,39%	R\$ 340,65	-1,19%	R\$ 347,33	1,96%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

A seguir (Gráfico 1), são apresentados os valores do preço da cesta básica, de forma gráfica, no município de Cerro Largo/RS nos meses de abril a julho de 2015.

Gráfico 1 - Preço da Cesta Básica



Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

A partir da análise da Tabela 2 e do Gráfico 1, verifica-se que o preço da cesta básica do município de Cerro Largo/RS foi de R\$ 333,39 no mês de abril e de R\$344,70 no mês de maio, apresentando uma variação de 3,39%. No mês de junho, o valor da cesta básica foi de R\$ 340,65, observando-se uma retração de (-1,19%) no valor da cesta básica. Já no mês de julho, o valor encontrado foi de R\$ 347,33 com variação de 1,96%.

Quanto ao comportamento dos preços, observa-se que no mês de maio, os produtos que tiveram predominância de alta de preços na cidade de Cerro Largo/RS foram a farinha, o café, o açúcar, o tomate, a batata e a banana. Já o leite, o feijão e o arroz apresentaram retração nos preços.

Em julho, os produtos que tiveram predominância de alta nos preços no município foram o leite, o tomate, a batata, o café e a manteiga. Já o valor médio do feijão, da carne e do óleo apresentou retração.

O preço do tomate teve um aumento significativo em maio e em julho, apresentando uma variação de 21,17% e 7,63%, respectivamente. De acordo com o Dieese (2015), este aumento ocorreu devido à maturação do tomate ser mais lenta no frio e a grande incidência de pragas, o que reduziu a oferta do fruto.

De acordo com o Dieese (2015), apesar do aumento do preço da farinha de trigo que é importada, uma vez que a moeda nacional está desvalorizada em relação ao dólar, e da elevação da energia elétrica e dos combustíveis, o preço do pão não sofreu elevação do preço, apresentando uma retração de (-2,12%) no mês de junho.

A carne bovina apresentou aumento no mês de junho, com variação de 3,58%. Segundo o Dieese (2015), a oferta restrita de carne se explica tanto pelo aumento das exportações do produto, quanto pelos elevados custos de reposição de bezerras e boi magro para engorda.

O óleo de soja também ficou mais caro no mês de junho. Em Cerro Largo/RS observou-se uma variação de (0,31%). Conforme dados do Dieese (2015), este aumento se deve ao crescimento da exportação de óleo de soja em abril e destinação de uma parte da produção para o biodiesel. Além disso, as cotações internacionais da soja estiveram em alta, pelo aumento da demanda.

O preço do feijão diminuiu nos quatro meses pesquisados, apresentando uma retração de (-0,39%) em maio, (-12,44%) em junho e (-15,35%) em julho. De acordo com o Dieese (2015) as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil disponibilizaram a produção de feijão em maio, elevando a oferta. Por outro lado, houve diminuição do consumo.

Comparativamente, a Tabela 3 apresenta os preços da cesta básica de Cerro Largo e Porto Alegre, bem como a variação do período.

Tabela 3 – Preço da cesta básica de Cerro Largo e de Porto Alegre

Local	Abril/15	Variação (%)	Maior/15	Variação (%)	Junho/15	Variação (%)	Julho/15	Variação (%)
Cerro Largo	R\$ 333,39	-	R\$ 344,70	3,39%	R\$ 340,65	-1,19%	R\$ 347,33	1,96%
Porto Alegre	R\$ 368,97	-	R\$ 384,57	4,23%	R\$ 384,13	-0,11%	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015.

Analisando a Tabela 3, o preço da cesta básica de Porto Alegre/RS foi de R\$368,97 em abril de 2015. Cerro Largo/RS obteve o valor de R\$ 333,39 no mesmo mês, apresentando uma variação de 10,67% em relação à capital do estado do Rio Grande do Sul. Já no mês de junho, o valor da cesta básica decaiu nas duas cidades comparado ao mês anterior, apresentando uma variação de 12,76%.

No período de abril de 2015 a junho de 2015 os índices de inflação IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) apresentaram uma variação acumulada de 2,26%. A variação dos preços da cesta básica na cidade de Cerro Largo/R\$ no mesmo período foi de 2,22%, podendo constatar que os preços dos produtos da cesta básica aumentaram na mesma proporção que a inflação.

5 CONCLUSÃO

O levantamento sistemático de preços tem por finalidade compreender os impactos que estes provocam na renda da população, além disso, o aumento constante dos preços, muitas vezes derivados da inflação torna-se relevante para a população. Desta forma, o acompanhamento dos preços da Cesta Básica local e a publicação da sua variação se fazem necessários para a conscientização sócio-econômica e política dos munícipes de Cerro Largo/RS.

Em virtude dos fatos mencionados, salienta-se que a cesta básica é instrumento de política pública para minimizar o dispêndio familiar em relação ao consumo necessário ao sustento familiar. Por meio das tabelas, foi possível observar que a variação da cesta básica de Cerro Largo foi de 2,22%, apresentando elevação de acordo com a inflação para o período. A mesma apresenta valores inferiores a de Porto Alegre, fato que pode estar ligado ao fato de a cidade em análise estar no interior do estado.

Dentre os produtos que tiveram a maior elevação está a farinha, o café, o açúcar, o tomate, a batata e a banana. E os produtos que obtiveram a menor variação de preços foram o leite, o feijão e o arroz.

O desenvolvimento deste trabalho foi importante para o conhecimento e a compreensão de temas relacionados à cesta básica e a inflação, tendo em vista a possibilidade de o pesquisador desenvolver e aperfeiçoar competências de investigação, seleção e organização de informações. Ressalta-se também, à contribuição do estudo no controle, mesmo que de forma acadêmica, das variações dos preços dos produtos que compõem a cesta básica. Como limitante, tem-se o período de análise, que em função de ser um projeto de iniciação científica, pode ser aplicado para um período de quatro meses.

REFERÊNCIAS

- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- COELHO, R. C. **Estado, governo e mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
- CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS -DIEESE. **Preço da cesta básica diminui em quinze cidades**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015/201506cestabasica.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 06 jun. 2015.
- FIELD, A. **Discovering statistics using SPSS**. 2. ed. Sajas, 2005.
- FURTADO, M. B. **Síntese da economia brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.
- GLOBAL RATES. **Inflação Brasil – Índices de Preços ao Consumidor (IPC)**. Disponível em: <http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/indice-de-precos-ao-consumidor/ipc/brasil.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- GREMAUD, A. P. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 jun. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades, 2013**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430520&search=rio-grande-dosul|cerro-largo>. Acesso em: 05 jun. 2015.
- IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 05 de jun. 2015.
- MUNHOZ, D. G. **Inflação Brasileira: Os ensinamentos desde a crise dos anos 30**. Economia contemporânea. Nº 1. Jan – Jun de 1997. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf. Acesso em 15 jul. de 2015.
- PAULA, A. C. L. de. SOARES, B. M. BONFIM, M. D. **A variação do custo da cesta básica para o consumidor**. Disponível em: <http://libertas1.sslblindado.com/revistalibertas/mostrarevista.php?idsum=27>. Acesso em: 09 nov. de 2014.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/cerro-largo_rs. Acesso em 05 jun. 2015.
- ROCHA, K. L. S. da; ROCHA, J. M. da. **A Análise da Evolução do Custo da Cesta Básica no Rio Grande do Sul Através da Modelagem Matemática**. Disponível em: http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID68/v3_n3_a2008.pdf. Acesso em: 30 mar. 2015.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Caracterização da pesquisa em Contabilidade. In. BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, C. R. L. da. **Preços de alimentos e inflação**. Publicado em 13/02/2008. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9197>. Acesso em: 15 mar. 2015

SINGER, P. **Guia da inflação para o povo**. Petrópolis, Vozes, 1985.

TROSTER, R. L. MOCHÓN, F. M. **Introdução à economia**. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

TASCO, A. M. P. Cesta Básica. **Conjuntura Alimentos**. São Paulo, número especial, p.8-21, 1991.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia micro e macro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.